

## **POLÍTICAS PÚBLICAS REGIONAIS: ASPECTOS HISTÓRICOS DE IMPLANTAÇÃO E CONTINUIDADE**

**Paulo Pardo**<sup>1</sup>

[\*paulo.pardo@unimar.br\*](mailto:paulo.pardo@unimar.br)

**Henrique Lacerda Nieddermeyer**<sup>2</sup>

[\*henriquenieddermeyer.ead@unimar.br\*](mailto:henriquenieddermeyer.ead@unimar.br)

**Roseane da Silva Oliveira Cavenago**<sup>3</sup>

[\*roseanecavenago.ead@unimar.br\*](mailto:roseanecavenago.ead@unimar.br)

**Marília Soares Pereira**<sup>4</sup>

[\*marilia.pereira.ead@unimar.br\*](mailto:marilia.pereira.ead@unimar.br)

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Desenvolvimento Sustentável. Redemocratização. Desenvolvimento Regional.

### **1. INTRODUÇÃO**

As demandas sociais de um país de dimensões continentais são extremamente complexas, complexidade advinda da própria extensão territorial e principalmente, pela disparidade de desenvolvimento econômico entre regiões. Essa disparidade deve-se em grande parte por escolhas de políticas públicas, que ora privilegiaram segmentos econômicos específicos, ora focaram em regiões geográficas específicas, em detrimento de outras. Considerando as especificidades dessas políticas, atreladas a momentos históricos específicos, pode-se compreender que os desafios do desenvolvimento estão longe de serem superados, até mesmo porque não há uma convergência de entendimento sobre quais seriam as ações mais efetivas para o desenvolvimento regional. O objetivo desse artigo é discutir as políticas de

---

<sup>1</sup> Docente da Unimar – Universidade de Marília

<sup>2</sup> Docente da Unimar – Universidade de Marília

<sup>3</sup> Docente da Unimar – Universidade de Marília

<sup>4</sup> Docente da Unimar – Universidade de Marília

desenvolvimento regional em uma visão dialética, buscando construir uma visão crítica do atual momento brasileiro e os possíveis desdobramentos para a sociedade.

O Brasil, como nação democrática republicana, nasce em um contexto de conflitos regionais e disparidade de desenvolvimento, passando a ser, com a República, um regime federativo, presidencialista, laico. Essa nova configuração, destarte, promove a inclusão democrática pelo formalismo por um lado, ao passo que exclui a plena representação popular.

O fenômeno do coronelismo implica economicamente no país, considerando a força de influência desses detentores de poder sobre classes dominadas, pobres, que consomem pela “benevolência” desses coronéis espaços em suas terras e na permissão da sua exploração em regime de meação. Assim, os coronéis detinham força para ditar o voto, ao forçar escolhas sobre esses eleitores e, junto com outros senhores de terra, formar oligarquias regionais.

As crises econômicas enfrentadas pela pueril república também contribuíram, em grande medida, para as políticas regionais. Destaca-se, logo no início do século XX, a chamada “política café com leite”, que buscava privilegiar o status político de alguns estados (notadamente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro).

As revoltas eram contra o domínio dos coronéis, a expropriação de terras, a exploração do trabalho, o pagamento de impostos. Esses movimentos, apesar de não ter o apoio da Igreja Católica, conseguiram arregimentar contingente importante de desfavorecidos, a ponto de incomodar o poder central que reprimiu violentamente esse levante.

Ao relacionarmos os desafios do desenvolvimento sustentável, constata-se que seu uso surgiu em 1980, no documento conhecido como *World Conservation Strategy: living resource conservation for sustainable development*, documento assinado em conjunto por órgãos como o *International Union for Conservation of Nature and Natural Resource* (IUCN), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o *World Wildlife Fund* (WWF), a *Food and Agriculture Organization* (FAO) e a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) (World Conservation Strategy, 1980). Classicamente e expresso neste documento, o desenvolvimento para ser considerado sustentável precisa necessariamente considerar três dimensões: social, ecológica e econômica (BELLEN, 2002).

Uma definição também clássica e das mais conhecidas do termo “desenvolvimento sustentável” é oferecida pelo Relatório Brundtland (Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2004 p. 10), definindo que “desenvolvimento sustentável [...] é aquele que atende

às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

A variável econômica permeia fortemente algumas definições de desenvolvimento sustentável, como defendem Pronk e Ul Haq (1992, in BELLEN, 2005, p. 25) que destacam o papel do crescimento econômico para a sustentabilidade. Para estes autores, o desenvolvimento “é sustentável, quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema”.

Destacam-se ainda posições como a do filósofo Vieira Pinto (2005), que procura distinguir entre os termos crescimento e desenvolvimento:

Enquanto o crescimento tem caráter quantitativo, conservador, meramente expansivo e se faz em progressão aritmética, o desenvolvimento exprime-se como qualitativo, transformador da realidade e se faz em progressão geométrica. Diferem ainda no aspecto humano; o primeiro favorece uma minoria, ao passo que o verdadeiro desenvolvimento tem papel universalmente libertador (VIEIRA PINTO, 2005, p. 303).

Nesse ponto, torna-se relevante a posição de Sachs (1997), para quem o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões principais: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade geográfica e sustentabilidade cultural. Ganha relevância a descrição da dimensão da sustentabilidade

De toda forma, entender os conceitos, apesar de relevante, não oferece respostas aos desafios da humanidade que estão claramente postos, tornando concretos os seguintes desafios ao desenvolvimento sustentável: pela sua essência, abrangência acumulação de capital.

A questão que se coloca é: como promover o desenvolvimento econômico em face do acúmulo de capital tão acentuado?

Compreendendo que planejamento e ação coordenada em nível internacional são complexas e de difícil implementação, as atenções se voltam para o local, para onde acontecem as relações sociais de fato, as trocas econômicas se efetivam no nível do indivíduo e da comunidade. Que papel o local, o regional, pode desempenhar para a sociedade, no atendimento de suas necessidades e aspirações?

Ao falarmos sobre o olhar regional entende-se que, A busca por um entendimento da influência do meio sobre o social não é recente e tem um ponto de destaque com as teorias de Ratzel, um geógrafo alemão que propôs a tese do Determinismo Ambiental no início do século

XIX. As proposições de Ratzel deram origem ao que ficou conhecido como Geografia Humana, na qual se propõe se destaca a influência do meio sobre o ser humano. Para Moraes (1986, P. 55):

“Estas influências atuariam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos, e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem”.

Por essa ótica, dado que a natureza é responsável pela sobrevivência e até pela geração de riqueza, a busca pela ampliação do território segue-se como consequência natural, até que as necessidades daquela dada sociedade sejam satisfeitas.

De fato, como cita Brandão (2012), o foco no regional, na literatura acadêmica nacional, ganhou proporções de tal magnitude, que deixa de considerar os espaços intermediários entre o global e o local: a revalorização do território é vista como solução predominante, tornando-se uma agenda dominante o pensamento único localista.

A principal crítica de Brandão é com o pensamento de que o local tudo pode, através de ações empreendedoras e solidárias, que pode realmente o local tornar-se senhor do seu próprio destino, desconsiderando as interações intermediárias entre o global e o local.

O poder público atua de forma regional apesar das dificuldades de se estabelecer uma identidade nacional no início da república, com a inclusão de todas as suas regiões, identificamos iniciativas para reduzir em alguma medida as situações de fragilidade localizadas em certos rincões do país.

### **1.1. Pergunta Problema e Objetivos**

O que fomentou a realizar o desenvolvimento da pesquisa, surgiu da pergunta de como ocorre o desenvolvimento econômico regional e local.

O objetivo do artigo foi o de discutir as políticas de desenvolvimento regional em uma visão dialética, buscando construir uma visão crítica do atual momento brasileiro e os possíveis desdobramentos para a sociedade.

## **1.2 Justificativa**

Verificar a fragilidade do processo pelo qual são feitas as escolhas das políticas públicas, que privilegiaram segmentos econômicos específicos, em detrimento de outras.

## **2. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo foi o de revisão sistemática com a utilização de livros, artigos pertinentes ao assunto.

### **2. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Países que possuem territórios extensos, como o Brasil, tem um duplo desafio: firmar sua soberania no contexto internacional, ao mesmo tempo promovendo o bem-estar interno dos seus cidadãos, não importando a região onde vivam.

Nesse aspecto, o Brasil, como uma nação republicana relativamente jovem, buscou respostas para o desafio do desenvolvimento com iniciativas estatais, ao estabelecer órgãos, agências e departamentos para fomentar o desenvolvimento, não produzindo, contudo, um resultado uniforme dessas políticas.

Há um risco incontestável de solução de continuidade, ao mudar o viés ideológico do governo central e a conseqüente alteração de propósitos e de políticas públicas vinculadas. O fato é que o Brasil possui um potencial enorme para satisfazer as demandas sociais de sua população. Encontrar o caminho para isso cabe a todas as esferas de poder e principalmente da sociedade organizada.

### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As políticas públicas têm o papel de garantir o atendimento das diversas demandas sociais apontadas pela sociedade e não pelos governantes. Nesse cenário, alguns processos já passam a ser implantados, tais como, a descentralização do Estado, a municipalização de modo a estimular o desenvolvimento local por meio da construção de políticas de desenvolvimento integrado e sustentável, sempre com a participação cidadã.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2 ed. Campinas (SP): Unicamp, 2012.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1986.